



GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: uma experiência com acadêmicas(os) do PARFOR em um município paraense

Lana Claudia Macedo da Silva¹

João Luiz da Silva Lopes²

RESUMO

O artigo objetiva compreender a concepção e a abordagem de gênero e sexualidade na educação, na perspectiva de discentes do Programa de Formação de Professores/PARFOR, a partir de uma experiência no município paraense de Igarapé Miri. O estímulo em realizar esse estudo deve-se ao pioneirismo de incluir essa temática como Componente Curricular no Curso de Pedagogia da UEPA. Como aporte teórico, o estudo baseia-se Foucault (1988), Louro (2007, 2011), Scott (1995), Bassalo (2010), César (2009), Barroso e Silva (2021), entre outros. O procedimento metodológico consiste numa abordagem qualitativa, tendo como instrumento o questionário semiestruturado. A pesquisa foi realizada com 29 acadêmicas(os). Os dados coletados sinalizam que a reflexão sobre gênero e sexualidade na educação constitui um desafio, pois na contemporaneidade o tema tem sido fruto de disputa política e religiosa, cerceando o livre pensar e a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Outrossim, o estudo aponta a necessidade de formação das(os) educadoras(es) e de realização de atividades pedagógicas abordando a temática, uma vez que somente seis acadêmicas(os) afirmaram que a escola promove o debate. A pesquisa também mostra certo desconhecimento dos conceitos por parte das(os) interlocutoras(es), embora seja unânime a relevância do tema para a construção de um espaço de debate e propagação de conhecimentos científicos e pesquisas, de modo a problematizar e desconstruir tabus sociais e religiosos.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação na Amazônia. PARFOR.

GENDER AND SEXUALITY IN EDUCATION: an experience with PARFOR academics in a municipality in Pará

ABSTRACT

The article aims to understand the conception and approach of gender and sexuality in education, from the perspective of students of the Teacher Training Program/PARFOR, based on an experience in the municipality of Igarapé Miri in Pará. The stimulus to carry out this study is due to the pioneering spirit of including this theme as a Curriculum Component in the Pedagogy Course at UEPA. As theoretical support, authors were used, such as: Foucault (1988), Louro (2007, 2011), Scott (1995), Bassalo

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, feminismos e Sexualidades-GEFES. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2340-2788>. E-mail: lanamacedo@uepa.br

² Sociólogo, Mestre e Doutor em Sociologia, especialista em Gestão Escolar, professor da Rede Municipal de Ensino de Belém. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3366-7330>. E-mail: joaolslopes54@gmail.com

(2010), César (2009), Barroso e Silva (2021) etcetera. The methodological procedure consists of a qualitative approach, using the semi-structured questionnaire as an instrument. The research was conducted with 29 academic people. The collected data indicate that the reflection on gender and sexuality in education constitutes a challenge, because nowadays the topic has been a result of political and religious dispute, restricting free thinking and the formation of critical and reflective citizens. Furthermore, the study points out the need for training of educators and carrying out pedagogical activities addressing the topic, since only six academics stated that the school promotes debate. The research also shows a certain lack of knowledge of the concepts on the part of the interlocutors, although is unanimous the relevance of the theme for the construction of a space for debate and propagation of scientific knowledge and research, to problematize and deconstruct social and religious taboos.

Key-Words: Gender. Sexuality. Education in Amazonia. PARFOR.

GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA EDUCACIÓN: una experiencia con académicos de PARFOR en un municipio de Pará

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender la concepción y el abordaje del género y la sexualidad en la educación, en la perspectiva de los estudiantes del Programa de Formación de Profesores/PARFOR, a partir de una experiencia en el municipio de Igarapé Miri en Pará. El estímulo para realizar este estudio se debe al espíritu pionero de incluir este tema como un Componente Curricular en el Curso de Pedagogía de la UEPA. Como aporte teórico se ha utilizado autoras (es), como: Foucault (1988), Louro (2007, 2011), Scott (1995), Bassalo (2010), César (2009), Barroso y Silva (2021) entre otros. El procedimiento metodológico consiste en un abordaje cualitativo, lo cual tiene como instrumento el cuestionario semiestructurado. La investigación ha sido realizada con 29 estudiantes. Los datos colectados indican que la reflexión sobre género y sexualidad en la educación constituye un desafío, una vez que, en la contemporaneidad, el tema ha sido fruto de disputas políticas y religiosas, retirando el libre pensar y la formación de ciudadanos críticos y reflexivos. El estudio indica también la necesidad de formación de las (os) educadoras(es) y la realización de actividades pedagógicas abordando ese tema, ya que apenas seis estudiantes afirmaron que la escuela promueve el debate. La investigación también muestra cierto desconocimiento de los conceptos por parte de las (os) interlocutoras (es), aunque sea unánime la relevancia del tema para la construcción de un espacio de debate y propagación de conocimientos científicos e investigaciones, de modo a problematizar y deconstruir tabús sociales y religiosos.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Educación en Amazonia. PARFOR.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de estudo realizado com acadêmicos do Curso de Pedagogia, vinculado ao PARFOR, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no município de Igarapé Miri, a partir de uma experiência

pioneira que incluiu o debate sobre gênero e sexualidade como Componente Curricular.

Tendo por base autoras(es) como Foucault (1988), Louro (2007, 2011), Scott (1995), Bassalo (2010), César (2009), Barroso e Silva (2021), entre outras(os), o problema central que norteia este estudo é: Como os acadêmicos do curso de Pedagogia/PARFOR da Universidade do Estado do Pará concebem e abordam as questões de gênero e sexualidade no contexto educacional?

Os objetivos da pesquisa são analisar as concepções de gênero e sexualidade dos professores formandos de Pedagogia, identificando se os participantes consideram relevante o debate do tema abordado; e descrever como essas temáticas são abordadas ou silenciadas, pelos participantes, no espaço educacional.

Trata-se de uma necessidade urgente inserir e monitorar o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, no contexto e formação educacional, em decorrência da carência de discussão acerca de temas sociais considerados tabus na sociedade brasileira.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) foi criado em 2009 pelo governo federal e consiste em uma política pública direcionada à democratização do acesso à educação superior, portanto, constitui um marco na história da educação brasileira. Desse modo, o plano oportuniza a continuação dos estudos aos trabalhadores da educação, diante dos entraves financeiros para estudar em grandes centros urbanos, pois esses professores, além dos baixos salários, nem sempre recebem apoio das prefeituras para que possam desenvolver seus estudos, conforme ratificam pesquisas realizadas em outra universidade paraense (RODRIGUES e SILVA, 2017, p. 36).

Em contexto local, a Amazônia ribeirinha é composta, em grande parte, pelo ecossistema de várzea, entrecortado por vários cursos de água, incluindo importantes áreas insulares, como é o caso do município de Barcarena que abriga alguns participantes dessa pesquisa. Embora haja interligações rodoviárias entre as sedes municipais e a capital, muitas localidades são

acessadas apenas por pequenas embarcações motorizadas, denominadas de rabetas. Geralmente os participantes da pesquisa atuam como professores nessas pequenas comunidades afastadas da área urbana.

A instituição em que o estudo ocorreu, Universidade do Estado do Pará (UEPA), nasceu em 1993 com uma estrutura multi-campi. Atualmente, a UEPA possui 05 (cinco) campi na capital e 17 (dezesete) no interior do estado. Esse cenário faz da UEPA a segunda instituição mais interiorizada do Norte do Brasil, presente em todas as seis mesorregiões do estado (Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Marajó, Baixo Amazonas e Sudoeste Paraense) (PDI, 2017). Em parceria com o PARFOR, garante a oferta de ensino superior, a partir da constituição de pólos, em municípios onde não possui campus estabelecido, como é o caso de Igarapé-Miri.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa parte de abordagem qualitativa, enfoque no qual, conforme Goldenberg,

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmando que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria. (GOLDENBERG, 1997, p. 16-17).

A autora valoriza as percepções dos colaboradores do estudo, daí porque recusa a aplicação do modelo que defende a unidade de todas as ciências para o estudo da vida social, uma vez que essa perspectiva esquece a dimensão da liberdade e individualidade do ser humano.

Nessa mesma linha de raciocínio, o questionário semiestruturado foi o instrumento de coleta adotado em decorrência de dois elementos: primeiro, constitui uma proposta que permite coletar informações do(a) participante em tempo e espaço diversos e, em segundo lugar, permitiu acesso remoto aos interlocutores durante o período de pandemia do COVID19, quando as aulas aconteceram pelo ensino remoto emergencial (ERE), seguindo as normas sanitárias de distanciamento físico.

O questionário foi encaminhado aos 29 acadêmicos do sexto semestre do Curso de Pedagogia, no âmbito da disciplina Educação, Gênero e

Sexualidade, no primeiro dia de aula, em maio de 2021, via plataforma Moodle e por grupo de WhatsApp, com um prazo de cinco dias para a devolução. Ele foi dividido em duas partes, uma quantitativa/objetiva e outra qualitativa/descritiva. A primeira consiste em obter dados gerais sobre idade, naturalidade, cor/raça, religião e escolaridade do discente. E a segunda aborda questões subjetivas sobre a temática objeto do artigo, que estão apresentadas como categorias analíticas nos tópicos a seguir.

O consentimento dos participantes da pesquisa foi obtido verbalmente no primeiro dia de aula e, para resguardar as identidades dos acadêmicos, as respostas estão representadas pela letra inicial do programa de formação docente (P) e por numerais em ordem crescente de 01 a 29.

O artigo aborda, inicialmente, uma breve discussão sobre os conceitos de gênero e sexualidade na educação; depois, na segunda parte, traz as análises e discussões sobre as concepções de gênero e sexualidade na perspectiva dos interlocutores; a terceira parte apresenta a relevância e abordagem e/ou silenciamento da referida temática nas práticas pedagógicas. Por último, as considerações finais.

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: apontamentos preliminares

Numa breve perspectiva histórica, desde os anos 1920 e 1930, a temática da educação sexual está presente no Brasil, mormente entre médicos, intelectuais e professores. Inicialmente esta discussão esteve ancorada no discurso e nas práticas institucionais da medicina e da psiquiatria, com pressupostos higienistas e eugênicos, em busca do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana, a chamada “raça pura” (CÉSAR, 2009).

Embora o preconceito pautado nas diferenças físicas estivesse presente em todas as culturas, é somente a partir do século XIX que a crença em diferenças inatas entre os homens receberá a chancela do pensamento científico, justificando a hierarquização, controle e dominação das populações. Essa teoria encontra-se ancorada no darwinismo social, que postulava a existência de sociedades superiores às outras e, portanto, a

crença na ideia de que miscigenação conduziria à degeneração física, moral e social das raças puras (JANZ JR, 2011).

A teoria de Charles Darwin, lançada em meados do século XIX, acerca da seleção natural das espécies, afirmava que as aptidões humanas seriam fruto de herança genética, e não da educação, reforçando as diferenças sociais. Contudo, a instituição escolar, enquanto um dos eixos sociais, não poderia ser negligenciada para consumação do discurso eugenista.

Para melhor compreensão desse panorama é necessário entender que ao longo do século XX a instituição escolar se transformou, ora conservadora, ora revolucionária, ora progressista, ora liberal. A disciplina educação sexual acompanhou essa mudança.

No início dos anos 1960, a luta contra regimes ditatoriais instalados na América Latina, empreendida por movimentos sociais feministas, movimentos étnico raciais e movimentos gays e lésbicos demarca um período progressista no discurso escolar. Em particular, as reivindicações do movimento feminista, o surgimento da pílula anticoncepcional e a liberação sexual resultaram em profundas transformações sociais e culturais. Nesse cenário surge o conceito de gênero, resultado de uma crítica contundente ao determinismo biológico e à naturalização das diferenças sexuais que demarcam o espaço doméstico (casa, filhos, marido, família etc.) como feminino e o espaço público (rua, trabalho etc.) como masculino (SCOTT, 1995).

Esse momento progressista se encerra com a ditadura militar instalada no país em 1964, quando a aliança entre grupos militares e a ala mais conservadora da igreja católica censura qualquer possibilidade de debate sobre gênero e sexualidade no espaço escolar.

Durante as décadas de 1970 e 1980, educação sexual, gênero e feminismo tornaram-se marcos na luta pela redemocratização do país. Mas, a ligação entre educação sexual e o movimento feminista foi breve. Ainda nos anos de 1980 a educação sexual começou a se fortalecer como campo específico da saúde. E, na década seguinte, a epidemia de HIV/AIDS expandiu ainda mais esse ramo. Em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs), com o tema transversal “Orientação Sexual”, consolidaram definitivamente a escolarização de uma educação do sexo (CÉSAR, 2009).

A igualdade de gênero, por sua vez, está presente nos discursos oficiais desde 1984, ano em que foi ratificada a Resolução 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU):

§ 1. Os Estados Membros adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres;

§ 4. A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino (BRASIL, 1984, p.1).

Em 2004, o Brasil realizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) que resultou na participação direta de mais de 120 mil pessoas nas plenárias municipais, regionais, estaduais e nacional. Aproximadamente dois mil municípios realizaram plenárias em todos os estados brasileiros. Com base no princípio da equidade de gênero, a conferência abrangeu a educação formal, informal e profissional/continuada, e, entre outras diretrizes, estabeleceu: “garantir a inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecer e buscar formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias” (CARVALHO et al, 2017, p. 40).

Todavia, sua concretização ainda hoje permanece sendo um desafio no âmbito educacional, visto que as práticas escolares continuam reproduzindo a cultura androcêntrica, sexista, heteronormativa³ e transfóbica, isto é, as relações de gênero e sexualidade permanecem invisíveis no currículo e na prática pedagógica (CARVALHO et al, 2017).

³ Heteronormatividade refere-se ao conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos que definem e impõem a heterossexualidade como a única forma natural e legítima de expressão identitária e sexual (CARVALHO et al, 2017, p. 13).

Conforme assinalam Silva, Brabo e Morais (2017), em 2015 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu o seminário *A educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente*. Resultados preliminares da pesquisa apontaram que os temas gênero e sexualidades estão presentes no currículo básico da formação de professores(as) em 58,27% das faculdades brasileiras, entre cursos de universidade públicas e privadas. Contudo, os debates são atravessados por questões morais de ordem religiosa dos graduandos e por desinformação sobre legislação.

Um estudo recente desenvolvido nos programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior das regiões Norte e Nordeste do Brasil revela que teses e dissertações sobre a temática gênero, sexualidade e formação docente defendidas ainda são escassas. As autoras apontam problemas de incentivos do governo e os poucos grupos de estudos presentes nas regiões (CARDOSO, BERTOLDO e SANTOS, 2020).

Para efeito deste estudo, adotar-se-á o conceito de gênero na perspectiva da historiadora estadunidense Scott (1995), que considera que o feminino e o masculino não podem ser pensados numa concepção biológica ou natural, mas sim enquanto construções sociais e históricas, como forma de organização hierárquica entre os seres. Daí a ideia de papéis sociais pré-estabelecidos pela sociedade, onde caberia a subordinação das mulheres.

Igualmente, o debate sobre sexualidade possui marcação histórica, havendo momentos de menor controle e normatização, conforme aponta Foucault (1988). Cabe ressaltar que desde meados de 2016 o país vivencia retrocessos no que tange ao debate público das temáticas de gênero e sexualidade. O avanço de alas conservadoras nos governos de Michel Temer (agosto de 2016-2018) e, principalmente, no de Jair Bolsonaro (2019-2022), é permeado por discursos de normatizações morais e religiosas sobre o que é ou não permitido em relação aos corpos.

Gênero e sexualidade são, portanto, temas que estão nas pautas dos Grupos de Pesquisa e dos Movimentos Sociais na contemporaneidade como formas de produzir conhecimentos, construir e dar visibilidade às práticas de

lutas e resistências; por outro lado, esses temas também compõem os discursos de grupos ultraconservadores políticos, religiosos e civis que se posicionam aberta e cinicamente contra a garantia de direitos constitucionais de mulheres, homossexuais, prostitutas, negros/as entre outras categorias que, historicamente, foram invisibilizadas pela história oficial.

Importante ressaltar que, no Brasil, essas disputas estão muito presentes no Congresso Nacional, sobretudo a partir da invenção ultraconservadora da falácia da “ideologia de gênero”, do kit gay, entre outras tentativas de barrar igualdade de direitos entre heterossexuais e homossexuais, direitos das mulheres, tentando-se fazer restrições da legislação sobre o aborto, entre outras questões almejadas pelo Movimento “Escola Sem partido”.

Em outro artigo discutiu-se sobre a falácia da “ideologia de gênero” enquanto prática que legitima as diferenças sexuais e de gênero. Para Barroso e Silva (2021, p. 120), “a escola tem figurado entre as principais instituições que legitimam e perpetuam as violências derivadas dos preconceitos sobre as diferentes identidades de gênero e sexuais”. Segundo dados do Mapa da Violência, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo (WAISELFSZ, 2015) e o país que mais mata homossexuais, de acordo com relatório do Grupo Gay da Bahia (MOTT; MICHELS, 2017).

GÊNERO E SEXUALIDADE NA CONCEPÇÃO DAS(OS) ACADÊMICAS(OS)

Um dado que chama atenção no perfil dos participantes desta pesquisa é que, dos 29 (vinte e nove) estudantes que responderam ao formulário, a grande maioria do público é feminino 25 (vinte e cinco). Para Louro (2011), a feminização do magistério possui um duplo viés interpretativo: ao mesmo tempo em que foi uma conquista de espaço de trabalho para as mulheres, com o passar do tempo tornou-se um trabalho menos valorizado socialmente.

O maior ingresso de mulheres no ensino superior escamoteia a educação diferenciada e a conseqüente sexualização das carreiras, mantendo a educação superior como nicho reprodutor das desigualdades de gênero, uma vez que os cursos com maior número de mulheres são ligados à área da

educação e da saúde, isto é, associados ao cuidado com o outro, e, por conseguinte, áreas de menor prestígio social, à exceção do curso de Medicina. Os homens, por sua vez, estão mais presentes na área tecnológica e da ciência. Nesse sentido, o maior acesso à educação superior não garante às mulheres profissões mais rentáveis e de maior prestígio social, nem tão pouco, acesso a cargos de direção. Eis aqui um desafio para pensar a inserção de mulheres nos espaços de saber e poder (DUBET, 2001).

Pensamos que é importante considerar, também, o elemento religioso no contexto desse estudo. Para Foucault (1988), a igreja constitui uma instituição social responsável pela construção de verdades absolutas e o controle dos desejos, prazeres e vontades. Esse controle é responsável por legitimar alguns discursos e silenciar outros.

Em um ensaio sobre os ribeirinhos na Amazônia, o antropólogo Mark Harris (2006) foge da análise dicotômica entre tradição e modernidade, buscando compreender quem são essas pessoas e qual é a origem de suas práticas e crenças. Para o autor, o catolicismo que se desenvolveu no século XIX é importante para o entendimento da identidade do ribeirinho de forma global.

No final do século XX e início do XXI se expande na cena Amazônica a presença dos chamados *evangélicos*. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Censo de 2010, registra mais de dois milhões de pessoas que se declararam evangélicas na amostragem sobre religião no Estado do Pará, em torno de 25% da população do Estado. No município de Igarapé Miri o percentual foi de 30,37%; em Moju de 32,25% e em Barcarena, de 33,74% (IBGE, 2010).

Assim, a questão religiosa é um outro dado do perfil dos participantes que chama atenção: 41% se declaram católicos, 31% evangélicos, 21% se denominaram cristãos, 3,5% informaram não possuir religião e 3,5% não responderam.

Referimo-nos a esse fenômeno porque o setor evangélico é muito mais rigoroso no controle de seus fiéis. Por exemplo, no catolicismo algumas pessoas se identificam como católicos não praticantes, procedimento que não é

aceito para o caso evangélico. O adepto evangélico precisa estar mais atento a um quadro de normas que orientam os comportamentos, precisam ser vistos como exemplos positivos para os demais.

Via de regra, os evangélicos são mais conservadores que os católicos em relação a questões referentes a gênero e sexualidade. O controle e a inculcação são exercidos através de uma intensa programação: pregações, círculos de orações, estudos bíblicos e doutrinários, eventos de caridade etc. – embora Pantoja (2011) relate que as populações ribeirinhas, após a conversão evangélica, não abandonam completamente as práticas e crenças de seu antigo repertório cultural e religioso.

No que diz respeito à compreensão da categoria “gênero”, entre as(os) interlocutoras(es), oito apresentaram respostas relacionadas ao determinismo biológico, que supõe que homens são superiores às mulheres, e ao sistema heteronormativo, que comporta duas identidades de sexo/gênero/desejo:

Eu entendo que gênero é biologicamente masculino e feminino. (P01).

No meu entendimento gênero é tudo que se define ao longo da nossa vida, que na nossa sociedade se entende como o papel ou a função do nosso comportamento em base na nossa sexualidade biológica. (P02).

Algo que se refere àquilo que foi definido em nossa sociedade como um certo comportamento esperado por alguém com base em seu sexo biológico. (P12).

A palavra é ambígua, pode ter vários significados. Acredito que se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo do tempo como função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico. (P25).

Se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo do tempo, e a sociedade entende como papel. É a construção atribuída ao sexo. Um exemplo disso é quando se referem que somente as mulheres têm que cuidar da casa. (P05).

No meu entendimento gênero se refere a tudo aquilo que foi definido ao longo do tempo e que a nossa sociedade entende como papel ou comportamento de alguém com base no seu sexo. (P26).

A perspectiva biológica tem sido amplamente aceita na sociedade, uma vez que não questiona a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, corrobora para manutenção da desigualdade de gênero – fator que faz imperar a dominação masculina.

Notem que duas entrevistadas (P05 e P26) aproximam a categoria gênero aos papéis sexuais ou papéis de gênero, isto é, a normas que condicionam os comportamentos feminino e masculino de acordo com o contexto social.

O segundo grupo identificado confunde o conceito de gênero com o de sexualidade, como abaixo:

É a definição da sexualidade do indivíduo. (P07).

O que você se identifica, homem, mulher através de suas características e sua sexualidade. (P20).

É uma opção do indivíduo querer ser masculino ou feminino, sendo uma escolha individual do ser humano. (P28).

Gênero e Sexualidade, ainda que imbricados, são conceitos distintos histórica e socialmente, e o entrelaçamento das categorias tende a esvaziar o debate, uma vez que um deles, geralmente o primeiro, termina por ser subsumido pelo outro.

A dificuldade em compreender a categoria salta aos olhos ao se verificar que seis acadêmicos recorreram ao dicionário virtual para conceitos prontos, como por exemplo, o Google (P04, P13, P15, P16, P20 e P22). E outras quatro discentes recorreram aos conceitos apresentados pelos textos trabalhados na disciplina (P03, P06, P10 e P23).

Há ainda uma quarta abordagem recorrente entre os discentes que mistura gênero com identidade:

Gênero no meu entendimento está relacionado ao sexo feminino e masculino. Porém, hoje há uma identidade de gêneros, a pessoa define seu gênero de acordo com o que se identifica. (P08).

Entendo que gênero se refere ao modo como alguém se identifica. Não só a si mesmo, como para a sociedade. (P11).

É a construção da identidade de gênero de cada pessoa, ou seja, o gênero é o modo como as sociedades olham as pessoas do sexo masculino e as pessoas do sexo feminino, na qual se identificam não somente uma questão biológica no qual foi atribuída no nascimento, independente do corpo que possui. (P24).

Por fim, quatro interlocutoras se aproximam da perspectiva pós estruturalista que compreende gênero enquanto um constructo histórico,

como sendo produzido na cultura, cambiante, carregado da possibilidade de instabilidade, multiplicidade e provisoriedade (LOURO, 2007).

Gênero é aquilo que diferencia socialmente homens e mulheres. (P09).

Entendo que gênero não é só uma questão biológica e sim aquele em qual a pessoa se identifica, de como a pessoa se vê, de como ela vive e de como ela se sente bem. (P17).

Entendo que se trata de características que diferenciam os sexos masculino e feminino. Mas vale ressaltar que gênero está relacionado às construções sociais atribuídas ao sexo. (P18).

Entendo que gênero é uma construção social atribuída ao sexo. (P29).

Essa última abordagem vigora entre muitas estudiosas de gênero, autoras feministas clássicas e contemporâneas, como Scott (1995), Louro (2007, 2011), Bassalo (2010), entre outras, que enfatizam o aspecto relacional da categoria. O gênero é definido como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Em estudo realizado com professoras/es do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Parfor no estado da Bahia, notou-se que ao questionar os/as docentes sobre a possibilidade de seus/ suas filhas/os se assumirem como homossexuais, muitos dizem que os apoiariam, enquanto outros tentaram “corrigir” esses desejos com ajuda de psicólogos, igrejas ou até mesmo apresentando alguém do sexo oposto para um possível relacionamento afetivo (SANTOS E SOUZA, 2020). Ou seja, não há um consenso na sociedade em torno das concepções e ações relacionadas à sexualidade.

Para o grupo estudado na presente pesquisa, o conceito de **sexualidade** parece difuso. Foram muitos os significados apresentados, o que não surpreende, levando em conta o fato de que esses profissionais não tiveram acesso a essa formação específica, conforme relatam mais adiante. Sete professores foram lacônicos ao considerar que a sexualidade está associada à perspectiva do determinismo biológico, pregado na sociedade ocidental, conforme abaixo:

Acredito que a sexualidade é um ato que acontece entre duas pessoas por decorrência de fatores hormonais, assim como sentimentais. (P07).

São comportamentos de um indivíduo que atende suas necessidades para satisfazer seu desejo sexual. (P14).

Conjunto de caracteres especiais, externos ou internos determinados pelo sexo do indivíduo. (P15).

Creio que a sexualidade seja a identificação da pessoa com o corpo que possui. (P27).

Para mim, é a pessoa nascer com órgão feminino ou masculino. (P28).

Cinco interlocutores recorreram a conceitos mais elaborados retirados da internet, indo desde o dicionário da plataforma Wikipédia até sites educativos ou especializados no tema (P03, P04, P12, P16 e P23).

Outros onze interlocutores ainda vinculam o tema à atração sexual, desejo e prazeres:

É uma característica experimentada por todos nós seres humanos [...] uma busca do prazer, sendo este não apenas os explícitos ao sexo. (P01).

Falar sobre sexualidade se torna muito relativo e pessoal, pois pode ser entendida como atração sexual e como afetividade compartilhada entre pessoas. Ela faz parte da personalidade de cada um". (P05).

Não tenho muito entendimento acerca do assunto, porém acredito como sexualidade a atração que o indivíduo tem por outro, seja do mesmo gênero ou não. (P08).

Eu entendo como uma característica do ser humano que está associada ao desejo, ao prazer e a expressão corporal. (P09).

Sexualidade são todos os comportamentos, vontades, prazeres que concernem à satisfação humana. (P10).

Penso que diz respeito à orientação sexual de uma pessoa, ou seja, qual atração sexual o indivíduo sente, se é heterossexual ou homossexual. (P18).

A sexualidade está relacionada a carinho, prazer, afeto, comunicação. (P21).

Intimidade, reprodução, prazer. Aquilo que você sente através do seu corpo e desejo. Que engloba sexo, gênero, orientação sexual. (P20).

Acredito que está baseada na atração sexual, na afetividade compartilhada entre pessoas. (P25).

Na minha concepção sexualidade é uma característica que é experimentada por todo o ser humano, o qual não necessita de relação acalorada com o sexo, uma vez que se define por uma busca de prazeres, pois estes não apenas os explicitamente sexuais. (P26).

Uma interlocutora aborda a sexualidade sob múltiplos aspectos: "Entendo a sexualidade como um aspecto central do ser humano influenciada por fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos e religiosos de forma que todos merecem respeito". (P06).

E cinco acadêmicos abordam o conceito sob a vertente culturalista:

A sexualidade a meu ver está relacionada ao contexto cultural do indivíduo, e a partir dessa perspectiva se torna possível o desenvolvimento de uma percepção crítica e reflexiva da sexualidade". (P17).

Sexualidade é muito relativo e pessoal, é uma construção social, histórica e cultural que necessita ser refletida. A sexualidade faz parte da personalidade de cada um, é uma necessidade básica, é um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. É importante o respeito mútuo entre as partes. (P19).

Sexualidade é uma característica geral experimentada por todo o ser humano e não necessita de relação direta, uma vez que se define pela busca de prazeres em vários sentidos. Então passa a ser entendida como uma construção social e cultural de cada indivíduo. (P22).

Sexualidade está ligada ao desejo sexual e afetivo e a representação social ou subjetiva, a identidade de gênero, portanto, não é determinante pela questão biológica do indivíduo a partir das relações que estabelecem com a família e a sociedade no meio social no qual ela está inserida, refletem aspectos distintos da vida humana, sexo não é gênero, ser fêmea não significa ser mulher, ser macho não significa ser homem, as diferenças sexuais são físicas. (P24).

Sexualidade na minha concepção seria a orientação social de cada pessoa. Que se manifesta em cada indivíduo de acordo com a realidade e as experiências vivenciadas por ele. (P29).

Essa vertente permite pensar o conceito de forma dinâmica e maleável segundo a sociedade e o contexto histórico, visto se tratar de um campo de vasta discussão teórica, imbricado por diferentes áreas de conhecimento.

Na perspectiva foucaultiana (1988) a sexualidade foi por séculos considerada como biológica, sendo controlada por instituições disciplinares que moldavam os comportamentos de meninas e meninos. Todavia, com as

mudanças sociais e as novas formas de pensamento, ocorre a transferência de controle para outras instituições sociais, como igreja, família e escola.

Abreu e Pederiva (2023), em estudo sobre educação e sexualidade de pessoas com deficiência, identificam a dificuldade na organização de espaços formativos sobre a temática, e ressaltam que as poucas iniciativas são esvaziadas de princípios epistemológicos que aprofundem a complexidade da temática. Geralmente, o eixo da discussão é o currículo prescrito, impregnado pela noção de que sexualidade se resume às dimensões preventivas e biológicas.

RELEVÂNCIA E ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Todos(as) os(as) acadêmicos(as) acenaram positivamente acerca da importância da discussão do tema no espaço educacional. Contudo, as justificativas apresentadas são diversas. Dois interlocutores se reportam à necessidade de trazer o debate para o currículo escolar (P03 e P23). Seis professores são breves em suas assertivas, não abrindo muito espaço para reflexões (P01, P06, P08, P16, P18 e P27).

Um professor considera o debate necessário para estudar o corpo humano em uma perspectiva fisiológica, conforme a seguir: *“Sim com certeza é de suma importância, pelo fato de nós professores podermos debater com nossos alunos para que eles possam aprender a conhecer seu próprio corpo no decorrer do seu crescimento”* (P02).

Uma professora fez referência à equidade entre mulheres e homens, se referindo, exclusivamente, ao conceito de gênero: *“Sim. Falar de gênero na escola é exercitar a cidadania para o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres. (P21).*

Duas acadêmicas fazem menção direta à participação da família nesse debate, uma se refere a “opiniões”, termo vinculado diretamente aos “achismos” e ao senso comum. Nesse campo o científico não tem domínio. Essa leitura se aproxima da proposta do Movimento Escola Sem Partido que

promove um recurso discursivo denominado “pânico moral”⁴ acerca dos temas:

Em parte. Porque é um assunto muito difícil de ser trabalhado. Precisa-se ter domínio, conhecimento aprofundado acerca do assunto, ter o consentimento das famílias e comunidade escolar para tratá-lo, e saber lidar com questões religiosas. (P15).

Sim, desde que seja um debate envolvendo as opiniões, tanto da comunidade escolar em geral, como dos pais. (P25).

Para dezessete informantes a principal justificativa para o debate sobre gênero e sexualidade na educação está pautado na construção do respeito e do diálogo, bem como na luta contra o preconceito:

De suma importância. É importante que este tema seja abordado na escola desde a educação infantil, para que os mesmos venham a ter a formação essencial. Falar sobre gênero e sexualidade faz parte da construção do respeito à diferença. (P05).

Sim, acho importante pois falar de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e cidadã brasileira viva e apresente-se da forma como quiser. Falar de gênero é garantir que todos e todas sejam respeitados e respeitadas por suas escolhas e afetos. (P11).

Sim, muito importante, o tema necessita de uma ampla discussão nas escolas, pois o ambiente escolar é um dos principais lugares de construção e reflexão de saberes, e conseqüentemente um dos primeiros lugares em que as crianças inseridas se deparam com as diferenças, então é de grande importância que se desenvolva nessas crianças práticas voltadas ao respeito à adversidade. (P17).

Sim. A sexualidade é um tema atual que necessita, de fato, de uma ampla discussão nas escolas. Pois hoje é muito grande o desrespeito a essa diversidade e a homofobia contra a opção sexual, que pode acarretar várias conseqüências como comprometer a inclusão educacional e a qualidade do ensino, portanto, precisa ser implantado sim na educação esse debate para que se possa entender e respeitar as diversidades. (P26).

Sim, muito. O tema está em alta. É de suma importância se falar sobre sexualidade no espaço escolar, pois o preconceito social acaba isolando ou excluindo certos grupos pertencentes as classes homossexuais, LGBT, trans e outros. A igualdade de gênero e

⁴ O pânico moral se refere à noção de contágio, o medo de ser “contaminado” pela homossexualidade, como se fosse um “vírus” ou uma doença contagiosa, que impede as pessoas de aproximação, conforme relatado no relatório da UNESCO elaborado por CASTRO; ABRAMOVAY e SILVA (2004). De acordo com Balieiro (2018, p. 03), o pânico moral “reflete a oposição a políticas de reconhecimento das diferenças de gênero e sexualidade e à crescente visibilidade das questões sobre diversidade sexual no Brasil”.

sexualidade precisa ser iniciada pelo espaço escolar, haja visto que é nesse espaço que se inicia a formação do indivíduo, e conseqüentemente uma sociedade menos preconceituosa. (P29).

A escola constitui um espaço privilegiado para promoção de uma sociedade melhor, mais igualitária e ancorada no respeito às diferenças. Refletir sobre o potencial educativo, crítico e questionador da escola pode ser um caminho para promover a ampliação de horizontes e provocar transformações individuais e coletivas. Nas palavras do patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1987, p. 84), a “educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

As(os) interlocutoras(es) foram indagadas(os) se a escola em que atuam promove algum debate sobre gênero e sexualidade. Das(dos) vinte e nove participantes, somente seis respondem positivamente ao questionamento, conforme abaixo:

Sim. A escola sempre promove debates, palestras, rodas de conversas com temas sobre a gravidez indesejada, prevenção de DSTs, diversos tipos de preconceitos etc. (P24).

Sim, sempre que é possível esse tema é abordado em sala, geralmente na disciplina de Ciências quando o assunto é o corpo humano. (P06).

Em algumas atividades como conhecer seu próprio corpo. (P20).

Raramente, somente para séries do fundamental maior, acontecem palestras sobre educação sexual e gênero. (P12).

Raramente (P15).

Quando eu estava trabalhando não havia muitos debates sobre isso (P18).

Outros vinte e três foram categóricas em dizer “NÃO”, poucas foram as justificativas para essa resposta negativa, algumas das quais elencadas a seguir:

Não, pelo fato de ser um tema muito novo em meio a educação (P02).

Não, mas trabalhamos com nossas crianças em sala de aula a respeito de gênero e sexualidade, uma vez que adaptamos as atividades de acordo com o nosso público infantil. (P03).

Observo que ainda é um assunto delicado, e de grandes controvérsias. (P08).

Não promove, é uma escola conveniada com o Município, pertence a uma denominação Evangélica. (P25).

De acordo com a(o)s interlocutoras(es), a 'novidade' do tema, a questão religiosa e a delicadeza do assunto são algumas das justificativas apresentadas para não se fazer o debate de gênero e sexualidade na escola.

Bassalo (2010) salienta que a produção de conhecimento sobre o tema é incipiente e pouco difundida, uma vez que a escola, enquanto instituição do estado, reproduz os interesses, ideologias e valores das esferas de poder. Por outro lado, essa mesma escola "é o lugar da produção de sentidos, de reflexão, de crítica às normas sociais instituídas e de elaboração de práticas e modos de ser, de formulação de discursos sobre algo" (BASSALO, 2010, p. 145).

Nesse sentido, enquanto produtora de saberes, a escola reflete e é reflexo da sociedade em que se encontra inserida, em um movimento dialético de interação.

Ainda sobre a resistência de grupos religiosos em debater o tema na escola, abre-se um parêntese para narrar a atividade final da disciplina "Educação, Gênero e Sexualidade", quando foi solicitada a realização de seminários a serem apresentados em equipes. Uma das acadêmicas (P25), pastora de igreja evangélica, de 50 anos, em sua primeira graduação, apresentou o relato de uma situação de depressão e tentativa de suicídio, por parte de um familiar homossexual, que tinha medo e vergonha de assumir sua sexualidade desviante em decorrência dos valores tradicionais da família e da igreja. Naquele dia a fala emocionada e firme da pastora em defesa da vida foi um diferencial para o debate contra a homofobia.

Ao serem indagados se já passaram por alguma situação envolvendo questões de gênero ou sexualidade em sala de aula, dezesseis interlocutores afirmaram nunca ter presenciado nenhuma ocorrência relacionada ao tema na escola. Uma das respostas chama atenção em sua justificativa: "*Não. Sempre procurei respeitar e deixar claro aos alunos que devem fazer o mesmo*" (P15). Nesse sentido, caberia questionar se os professores que presenciam tal situação não se fazem respeitar? O que é respeito? Por acaso, abordar a temática de gênero e sexualidade implica ausência de respeito?

Por outro lado, entre os treze que afirmaram ter presenciado alguma situação atípica envolvendo o tema, eis algumas das respostas:

Sim. Chamei os envolvidos e conversei explicando alguns pontos. (P09).

Já sim, nas aulas de sistema reprodutor e métodos contraceptivos. Agi da forma que achei necessário sem promover ideologias. (P11).

Sim, eu busquei mostrar para as crianças que devemos respeitar todos, independente de sua sexualidade, somos todos diferentes e devemos sempre entender o outro e respeitá-lo, assim criando laços de amizade entre ambos. (P12).

Na verdade, nunca foi diretamente comigo, mas acabei me envolvendo para tentar fazer com que ambas as partes se respeitassem, já que não entravam em acordo devido as escolhas sexuais, e os mesmos estavam levando para lados de ofensas e agressões. (P26).

Sim, agi de forma prudente, respeitosa e educativa. (P27).

Note-se que as respostas se direcionam para o respeito à sexualidade do outro. Uma se refere a não promover ideologias, uma menção clara ao Movimento Escola Sem Partido que difunde a ideia de que professores agem puramente conforme sua conveniência ideológica. O MESP defende uma postura de neutralidade científica que o próprio movimento não consegue adotar, caindo assim em contradição, uma vez que seus defensores estão atrelados a grupos ideológicos, como partidos políticos.

Chama atenção uma resposta que se diferencia das demais pelo texto mais extenso, bem como pela sensibilidade na temática de gênero direcionada ao sexo feminino:

Certa vez em sala de aulas algumas meninas começaram a dançar e os meninos criticaram a postura delas, julgando ser uma atitude ousada demais, tratando o ato como uma postura sexual. Orientei eles com relação a essa crítica feita de forma pejorativa, pois é necessário observar que não podemos relacionar um simples ato de dançar como fato de querer se exibir de uma forma sexual simplesmente pelo fato de ser mulher (P21).

A professora acima está em sua primeira graduação e possui dois anos de atuação, revelando nunca ter tido acesso a essa temática, ainda assim ela identifica uma situação de misoginia e problematiza o ocorrido. A situação salta aos olhos por ser a única interlocutora que aborda a violência

contra a mulher. Os demais se referem à violência contra a comunidade LGBTQI+.

Segundo César (2009), a PCN sobre Orientação Sexual considera que a abordagem das relações de gênero é mais delicada do que as intervenções sobre sexualidade, isto é, se estabelece uma confusão entre a categoria gênero e os ditos "papéis sexuais" a serem desempenhados pelos sexos. Dessa forma, as relações de poder entre os gêneros permanecem intocáveis e, portanto, não debatidas no espaço escolar, contribuindo para a naturalização das desigualdades e violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o objetivo geral deste texto que consistiu em compreender as concepções de discentes do Programa de Formação de Professores acerca da temática de gênero e sexualidade na educação, nota-se que a pesquisa revela uma hegemonia da perspectiva biológica e ausência do debate sobre os temas no espaço educacional, salvo raras exceções em que a discussão é permeada por tabus e preconceitos sociais, bem como, por dogmas religiosos.

Considerando que 93% dos participantes estão ligados ao cristianismo, correlacionamos com estudo abordando as concepções cristãs sobre sexualidade de Alisson Duarte (2017), o qual infere a vivência de pessoas em uma realidade que, por menos religiosa que seja, é influenciada por valores e crenças de instituições religiosas do presente ou do passado.

Outrossim, o fato de a maioria dos sujeitos de estudo ser do gênero feminino não significa questionamento automático das relações de poder, por sofrerem com as opressões de gênero e sexualidade. Via de regra, corroboram com a naturalização e reprodução das desigualdades de gênero e os tabus sobre sexualidade, dada a força do sistema arraigado na cultura e nas instituições sociais.

Desse modo, o estudo reafirma a escola enquanto instituição reprodutora das diferenças de gênero e sexualidade, mas, também, como um espaço transformador destas relações, em busca de superação da



educação sexista, androcêntrica, heteronormativa e transfóbica presente nas escolas brasileiras.

Vale frisar que as iniciativas para abordagem do tema mostram-se desafiadoras ante o contexto de retração das políticas públicas promovida, fundamentalmente, por grupos conservadores ligados à bancada da bíblia que estão no poder e se posicionam contrários aos direitos humanos de categorias marginalizadas socialmente, como mulheres, comunidade LGBTQI+, negros(as), prostitutas, indígenas, entre outras.

O debate nas mídias sociais e nas universidades têm conquistado cada vez mais visibilidade. Contudo, é necessário fomentar a discussão nos cursos de formação de professores, inicial e continuada, uma vez que os professores serão os multiplicadores dessa discussão no espaço escolar. É imprescindível criar um espaço formal de aprendizagem, isto é, incluir esse debate nos currículos acadêmicos, visando preparar os profissionais da educação para o enfrentamento das violências de gênero e sexualidade, visto que há uma lacuna nessa formação, conforme apontou a pesquisa em tela.

Isso dito, almeja-se que este artigo fomente a reflexão mais profícua sobre as dificuldades e limites estabelecidos no campo dos estudos de gênero e sexualidade na educação e, concomitantemente, contribua para a construção e consolidação dessa área de investigação não somente no curso de Pedagogia, mas também nos demais cursos da universidade pública do estado do Pará.

REFERÊNCIAS

ABREU, F. S. D. de; PEDERIVA, P. L. M. Educação em Sexualidade e Deficiência Intelectual: produção da pós-graduação brasileira (2000-2020). **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1 - 25 e023001, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID1745. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1745>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BALIEIRO, F. de F. "Não se meta com meus filhos": a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

BARROSO, R. R. de J. & SILVA, L. C. M. GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: Entre discursos ultraconservadores e práticas de resistência. IN: **Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa?** Construção de Identidades na Amazônia. SILVA, L. C. M. & OLIVEIRA, I. C. B. C. (Org.) Belém - Imprensa Oficial do Estado, 2021.

BASSALO, L. de M. B. Relações de gênero e o papel da escola. In: STEVENS, C.; TAROUQUELLA, K. C.; CAMPOS, T. M.; ZANELLO, V. (orgs). **Gênero e Feminismos: Convergências (in)disciplinares**. Brasília: Editora ExLibris, 2010.

BRASIL. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres** (1979). Adotada pela Resolução n. 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979 e ratificada pelo Brasil em 1º de fevereiro de 1984.

CARDOSO, L. de R. & BERTOLDO, T. A. T. & SANTOS, L. B. de A. Gênero e Sexualidade na Formação Docente: um mapeamento das pesquisas entre norte e nordeste. IN: **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1743-1764, dez. 2020.

CARVALHO, M. E. et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI:** inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2004.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, Sexualidade e Educação: notas para uma "Epistemologia". In: **Revista Educar**. Editora UFPR, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

DUARTE, A. O. Religião e comportamento sexual: concepções cristãs sobre sexualidade. **RELEGENS THRÉSKEIA estudos e pesquisa em religião**, v. 06, n. 01, 2017, p. 74-98.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n 17, p. 5-19, maio/ago 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.



HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. & NEVES, W. (Orgs.) **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE, Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pa&tema=censodemog2010_relig. Acesso em: 05/07/2021.

JANZ JR, D. C. O VALOR DA EUGENIA: Eugenia e higienismo no discurso médico Curitibano no início do Século XX. **Revista Cordis**. História, Corpo e Saúde, n. 7, jul./dez. pp. 87-120, 2011.

LOURO, G. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista-BH**, 2007.

LOURO, G **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MOTT, L. & MICHELS, E. Pessoas LGBT mortas no Brasil. **Relatório Grupo Gay da Bahia**, 2017.

PANTOJA, V. **Santos e Espíritos Santos, ou católicos e evangélicos na Amazônia Marajoara**. Belém, 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2027. Organização de Ana da Conceição Oliveira, Maria Elisabete Barata Moreira, Simone Nonato Miranda. – Belém, PA: UEPA, 2017.

RODRIGUES, D. S. & SILVA, G. P. Universidade Multicampi: A interiorização e o PARFOR. IN: SILVA, J. B. do C. S. & LOPES, J. D. (Orgs). **PARFOR: Práxis Amazônicas na Formação dos Professores da Educação Básica**. Cametá, PA: Campus Universitário do Tocantins/ Cametá-UFGA, 2017.

SANTOS, B. R. L. dos & SOUZA, M. L. de. Novos olhares sobre gênero e sexualidade Transformações advindas de um curso de formação docente. IN: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 159-176, jan./abr. 2020.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M.; MOARIS, A. de. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 2, n.01, esp. 2, p. 1260-1282, nov. 2017;



ISSN 2237-9460

WASELFI SZ, J. J. **Mapa da violência 2015**. Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília. 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

Recebido em: 14 de setembro de 2021.

Aprovado em: 04 de maio de 2023.

Publicado em: 11 de maio de 2023

